



Grammatica da Lingoagem Portuguesa x Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza: um estudo comparativo acerca da classe gramatical “verbo”

*“Grammatica da lingoagem portuguesa” x “serões grammaticaes ou nova grammatica
portuguesa”: a comparative study about the grammatical class “verb”*

Liviane Gomes Ataíde Santana*
Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, Bahia, Brasil

Resumo: O presente trabalho é composto do resultado de um estudo comparativo feito entre duas gramáticas sobre a categoria gramatical do verbo, a forma como essa classe é abordada e os aspectos apresentados que envolvem os verbos. As gramáticas utilizadas foram: “Grammatica da Lingoagem Portuguesa”, de Fernão de Oliveira, que é a primeira gramática da língua portuguesa escrita por um português, editada pela primeira vez em 1536, e a obra “Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza”, de Ernesto Carneiro Ribeiro, uma das primeiras gramáticas da língua portuguesa escrita por um brasileiro, tendo a sua primeira edição em 1890, porém a edição utilizada neste trabalho corresponde ao ano de 1955, ou seja, a 6ª edição. O método comparativo tem o objetivo de colocar em evidência as informações que se distinguem nos elementos de comparação. Este trabalho está dividido fundamentalmente em seis seções: na Primeira, Introdução, apresentam-se a proposta de estudo, o *corpus* e sua delimitação, um breve comentário do método de estudo escolhido, que é o comparativo, além da justificativa da escolha do objeto de estudo; na Segunda Seção, faz-se um estudo sobre gramáticas, envolvendo algumas definições sob os pontos de vista de dicionaristas e teóricos, além da apresentação do papel e da importância de uma gramática; na Terceira Seção, apresentam-se breves considerações sobre Fernão de Oliveira e sobre Ernesto Carneiro Ribeiro; na Quarta Seção, há comentários sobre a forma de abordagem da classe gramatical dos verbos na “Grammatica da Lingoagem Portuguesa”, de Fernão de Oliveira; na Quinta Seção, há comentários sobre a forma de abordagem da categoria gramatical intitulada verbo na obra “Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza”, de Ernesto Carneiro Ribeiro; e, por fim, apresentam-se, na Sexta Seção, as Considerações Finais, na qual se conclui a pesquisa, apontando-se as vantagens dos estudos realizados e as possibilidades de extensão deste trabalho, além de fazer observações sobre os resultados obtidos. Seguem-se às Seções as Referências.

Palavras-Chave: Língua portuguesa. Gramáticas. Verbo. Estudo comparativo.

Abstract: The present work is composed of the result of a comparative study between two grammars on the grammatical category of the verb, about how this class is approached, on the aspects presented that involve the verbs. The grammars used was: "Grammatica da Lingoagem Portuguesa" by Fernão de Oliveira, the first grammar of the Portuguese language written by a Portuguese, first published in 1536, and the work "Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza" by Ernesto Carneiro Ribeiro, one of the first grammars of the Portuguese language written by a brazilian, having its first edition in 1890, but the edition used in this work corresponds to the year 1955, that is, the 6th edition. The comparative method has the purpose of highlighting the information that is distinguished in the comparison elements. This work is fundamentally divided into six

* Mestre em estudos linguísticos, professora da Universidade Estadual de Feira de Santana.
Email: livianne.ataide@gmail.com.



sections: the First Section, Introduction, presents the study proposal, the *corpus* and its delimitation, a brief commentary on the chosen method of study which is the comparative, besides the justification of the choice of object study; In the Second Section, a study on grammars involving some definitions from the point of view of dictionaries and theoreticians, besides the presentation of the purpose and the importance of a grammar; In the Third Section, brief comments are made on Fernão de Oliveira and on Ernesto Carneiro Ribeiro; In the Fourth Section, there are comments on how to approach the grammatical class of verbs in the "Grammatica da Lingoagem Portuguesa" by Fernão de Oliveira, in the Fifth Section, there are comments on how to approach the grammatical category titled verb in the book "Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza" by Ernesto Carneiro Ribeiro, and finally, the Sixth Section, Final Considerations, which concludes the research, pointing out the advantages of the studies performed and the possibilities of extending this work, besides making observations about the results obtained. The following are the References.

Keywords: Portuguese language. Grammars. Verb. Comparative study.

1 INTRODUÇÃO

As informações advindas de livros antigos permitem o esclarecimento de dúvidas que possam existir acerca dos acontecimentos que permearam o passado, a comprovação de fatos, de dados culturais, da forma de uso da língua em determinado período da história etc., através de seus elementos linguísticos que podem fomentar a pesquisa, proporcionando o enriquecimento de conteúdo para o campo de estudo escolhido.

Nesse sentido, é sabido que é imprescindível a utilização de um método de estudo ao se fazer uma pesquisa, posto que ele consiste num procedimento racional que contribui para o alcance de determinados resultados. O método de estudo escolhido para esta pesquisa de cunho bibliográfico é o comparativo. Ao se fazer uma comparação, normalmente, busca-se colocar em evidência aqueles aspectos que se distinguem dos elementos a serem comparados.

Ferrari (1982, p.46) afirma que

O método comparativo é o procedimento científico controlado que examina os vários casos, fenômenos ou coisas análogas de uma série, cada um por seu turno, ou englobado em sistemas de séries, para descobrir o que é comum a todos, isto é, as regularidades, princípios, ou leis que são válidas e significativas (FERRARI, 1982, p.46).

Buscar-se-á então descobrir aspectos análogos sobre a classe gramatical dos verbos nas gramáticas de Fernão de Oliveira e de Ernesto Carneiro Ribeiro, a fim de observar a evolução na elaboração de uma gramática e os pontos que não estão em comum entre as mesmas na referida categoria gramatical, já que se trata da primeira gramática da Língua Portuguesa escrita por um português no séc. XVI e de uma das primeiras gramáticas da Língua Portuguesa escrita por um brasileiro no séc. XIX¹.

A opção de se fazer a comparação entre as abordagens que são dadas aos verbos é pelo fato de se tratar da classe de palavras que possui a maior quantidade de flexões, sendo elas de tempo, modo, pessoa e número, o que nos ajuda a identificá-los. Mas, logicamente,

¹ Salienta-se que a gramática escrita pelo brasileiro a ser analisada neste estudo é a correspondente ao ano de 1955, 6ª edição, mas que teve a sua origem, ou seja, a sua 1ª edição, no ano de 1890.

essa justificativa é insuficiente. O ponto crucial é mesmo o fato de ser o verbo o aspecto gramatical sobre o qual os falantes da língua portuguesa no Brasil apresentam mais “dificuldades” em suas flexões, principalmente no que diz respeito aos seus textos escritos, isso devido à existência de uma variação e mudança no português do Brasil. Vale ressaltar também mais um motivo, sendo esse de cunho linguístico, que pode contribuir para essas chamadas “dificuldades”, que é o fato de o verbo ser o eixo principal da estrutura do período. Daí o interesse despertado em saber a forma como o verbo é abordado desde a primeira gramática da língua portuguesa escrita por um português, traçando uma comparação entre essa e uma das primeiras escritas por um brasileiro, após três séculos.

Fernão de Oliveira foi o primeiro a elaborar uma gramática da língua portuguesa. Já Ernesto Carneiro Ribeiro não foi o primeiro brasileiro a escrever uma gramática. Mas optou-se por ele, pois ele alcançou grande destaque no cenário linguístico brasileiro, quando no ano de 1902 foi incumbido por J. J. Seabra para realizar a revisão do código civil brasileiro, além de ter tido alunos que ocuparam posições de destaque na vida política e intelectual, como Ruy Barbosa, Euclides da Cunha e Rodrigues Lima.

2 O ESTUDO DE GRAMÁTICAS

Sendo esta seção dedicada a informações que dizem respeito ao estudo de gramáticas, é importante tratar inicialmente da definição de gramática segundo o ponto de vista de alguns teóricos. O dicionarista Bueno (1991, p. 541) define a gramática como “exposição metódica e documentada das regras da língua”. Ele ainda apresenta tipos de gramática com suas respectivas definições, a saber:

Gramática Normativa ou Expositiva: a que dá as regras práticas para falar e escrever.
Gramática Histórica: a que estuda a formação e evolução, de um idioma no tempo e no espaço.
Gramática Comparada: a que estuda, comparando umas com as outras, duas ou mais línguas do mesmo grupo (BUENO, 1991, p. 541).

Já o famoso dicionarista Ferreira (2004, p. 438) define a gramática como o “1. Estudo ou tratado dos fatos da linguagem e das leis naturais que a regulam. 2. Livro onde se expõem as regras da linguagem”.

A gramática não se vincula a uma ou a outra língua em especial, mas a todas as línguas. Pois cada idioma tem uma gramática própria bem como cada país possui as leis que regem a forma de uso da língua. E observa-se, nas definições expostas, que as gramáticas em geral são constituídas de regras que servem para ditar uma forma padrão de emprego e uso das classes de palavras existentes numa língua. E, segundo esse ponto de vista, estudar uma gramática consiste em aprender a utilizar essas regras e assim facilitar o seu uso na construção de palavras e frases, tanto ao falar quanto ao escrever.

Tomando ainda como base Travaglia (1997, p. 24), esse concebe a gramática “como um manual com regras de bom uso a serem seguidas por aqueles que querem se expressar

adequadamente”. Porém, o autor enquadra essa concepção numa variedade da língua considerada como padrão ou culta. Isto reforça ainda mais a ideia da “necessidade” que o indivíduo tem de aprender as regras gramaticais da sua língua para uma “correta comunicação” em determinados meios sociais, mas por pura imposição da sociedade.

Ao se tratar do ensino ou estudo de uma gramática, é conveniente saber que há vários tipos de gramáticas, e que o trabalho realizado com cada um desses tipos poderá resultar em atividades bem distintas, principalmente numa sala de aula, já que cada uma segue propostas diferentes. Alguns desses tipos são: Gramática Normativa, Gramática Descritiva, Gramática Internalizada, Gramática Explícita, Gramática Reflexiva, Gramática Contrastiva ou Transferencial, Gramática Geral, Gramática Universal, Gramática Histórica, Gramática Comparada, Gramática Científica, Gramática Filosófica.

A “Grammatica da Lingoagem Portuguesa”, de Fernão de Oliveira, está situada num modelo de gramática descritiva, uma vez que busca exatamente descrever a forma de uso da língua bem como o seu funcionamento na época em que fora escrita, configurando-se assim como um trabalho sincrónico.

A obra “Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa”. de Ernesto Carneiro Ribeiro, está inserida no contexto da gramática filosófica, com as características próprias desse tipo de gramática do séc. XIX.

2.1 O PAPEL DA GRAMÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA

Tradicionalmente falando, a gramática pode contribuir para que se fale e/ou se escreva seguindo um padrão que foi estabelecido pela sociedade a fim de se ter uma determinação do que está “certo” ou “errado”, e com isso uma forma do indivíduo se posicionar, quer seja por meio da fala, quer seja por meio da escrita, em determinados meios sociais. Com isso, a gramática irá tratar apenas de uma variedade da língua que foi considerada como uma norma culta, descrevendo as características dessa variedade e considerando erro tudo aquilo que não estiver em conformidade com essa variedade tida como padrão de uso. Trata-se de um “ideal linguístico” pretendido pela sociedade nesse sentido da gramática, que é totalmente voltado ao estabelecimento de normas de fala e escrita.

Na verdade, a gramática normativa prende a língua a uma série de normas que dificultam a sua evolução num segmento padronizado, pois as mudanças de regras gramaticais só acontecem bem esporadicamente, enquanto que o uso da língua sem o apoio das gramáticas evolui a cada dia, já que não está vinculado a regras normativas, é livre, e com isso se utiliza de empréstimos linguísticos, de neologismos, dentre outros aspectos.

É importante ressaltar uma consideração bem pertinente feita por Travaglia (1997, p. 24) a respeito do sentido dado pela sociedade à gramática, à língua e à variedade da língua, na qual ele afirma que

[...] a língua é só a variedade dita padrão ou culta e que todas as outras formas de uso da língua são desvios, erros, deformações, degenerações da língua e que, por isso, a variedade dita padrão deve ser seguida por todos os cidadãos falantes dessa língua para não contribuir com a degeneração da língua de seu país (TRAVAGLIA, 1997, p. 24).

O papel da gramática normativo-prescritiva está diretamente vinculado à escola, que é o principal meio difusor das regras, juntamente com a prática dessas através de textos didáticos ou paradidáticos, exercícios escritos ou orais e trabalhos extraclases. E diante de uma sociedade que impõe ao indivíduo padrões para se inserir no meio social, torna-se cada vez mais importante o conhecimento da gramática da língua, pois é o que contribui para o “bem falar e escrever”, possibilitando uma melhor expressão nas diversas situações de comunicação nos mais variados meios. Mas é importante levar em consideração que há outros aspectos mediante uma visão linguística, os quais dizem respeito ao conhecimento da gramática da língua diretamente ligado à sua variação, ao uso adequado das variedades nas diversas situações de uso.

A esse respeito, Perini (2006, p. 33) faz uma reflexão importante afirmando que não é que o ensino normativo deva ser suprimido, mas que

É preciso, apenas, colocá-lo, em termos mais realistas. Não se trata de confrontar um “português certo” e um “português errado”, definidos ambos em termos absolutos, independentemente do contexto situacional ou social. Trata-se, antes, de defender a idéia de que a cada situação corresponde uma variedade distinta da língua (PERINI, 2006, p. 33).

Então, é importante ter em mente que a língua portuguesa oferece formas diferentes de comunicação, formas essas que não devem jamais ser consideradas erradas ou certas, mas distintas e compreensíveis, com o uso de variantes de um mesmo termo, de uma mesma frase, levando-se em conta fatores como os regionais, os sociais, etc. Formas que podem seguir as normas de uma gramática, as quais são usadas em determinados contextos que as exigem, e formas que fogem das ditas normas gramaticais, usadas em situações informais de comunicação.

3 SOBRE OS GRAMÁTICOS

3.1 FERNÃO DE OLIVEIRA – BREVES CONSIDERAÇÕES

Fernão de Oliveira demonstrou grande preocupação com o estudo da língua vernácula, expressando um sentimento de patriotismo em relação à superioridade da língua portuguesa, principalmente diante da língua castelhana.

Ele nasceu em 1507, provavelmente em Aveiro – Portugal – e foi filho do juiz de órfãos de Pedrógão, chamado Heitor de Oliveira. Morreu por volta de 1580 ou 1581. Algumas vezes dizia-se Fernando Oliveira. Foi frade, gramático, construtor bélico-naval e um dos expoentes renascentistas portugueses.

Tendo sido Fernão de Oliveira um grande intelectual, publicou a primeira gramática portuguesa, a conhecida *Grammatica da lingoagem portuguesa*, editada em Lisboa, em 1536, e que tem no frontispício o brasão de armas dos Almadás por ele a ter dedicado a D. Fernando de Almada, conforme se pode conferir a partir da sua introdução: “Esta é a primeira anotação que Fernão d’Oliveira fez da Língua Portuguesa, dirigida ao mui manífico senhor e nobre fidalgo, o senhor dom Fernando d’Almada, filho herdeiro do mui prudente e animoso senhor dom Antão, capitão-geral de Portugal, ec.” (TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 81).

Tal gramática pode ser interpretada como um documento cultural e histórico, pois apresenta a riqueza cultural tanto do seu país de origem como da sua língua, além de ter marcadamente em sua composição estrutural traços históricos da língua portuguesa.

Apesar de Fernão de Oliveira atribuir um destaque à língua portuguesa ao ponto de configura-la como superior à língua castelhana, foi na gramática espanhola, de Antonio de Nebrija, que ele buscou inspiração para escrever a primeira gramática da língua portuguesa. Como bem pontua Fávero (1996, p. 25),

O ponto de partida de Oliveira, para a descrição do português, é a *Gramática espanhola* de Nebrija (1492), à qual se refere, embora não a tenha simplesmente seguido. Além de Nebrija, cita inúmeros outros autores, confirmando suas opiniões: Varrão, Cícero, Quintiliano, Aulo Gélío, Garcia de Resende (FÁVERO, 1996, p. 25).

Segundo Buescu (1975, p. 18), a singular obra de Fernão de Oliveira, “*Grammatica da Lingoagem Portuguesa*”, apresenta “uma indisciplina de plano, uma ocasionalidade de reflexões, que lhe retiram a feição de uma gramática no sentido exacto do termo”. Talvez ela tenha afirmado isso porque ele se utiliza muitas vezes de uma linguagem bastante rebuscada para dar recados ao leitor e para explicar os fenômenos gramaticais a que se propôs explicar em sua obra. É válido destacar aqui o trecho que finaliza o último capítulo da referida gramática:

E contudo e o que com razão pode ser reprehendido eu confesso que o não escrevi com malícia; e pode-se emendar. Antes peço a quem conhecer meus erros que os emende. E todavia não murmurando em sua casa, porque desfaz em si (TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 154).

Ele ainda desenvolveu muitas atividades, dentre as quais se destaca a de piloto. Foi também teórico da guerra e da construção naval. Precisamente nessas duas áreas — arte bélica e construção naval — sobressaiu-se sobremaneira. As suas contribuições aí, com efeito, forneceram as bases da hegemonia portuguesa em diversos oceanos no século XVI, período esse considerado como o século de ouro da literatura portuguesa, já que

[...] aparecem nele os maiores escritores que Portugal tem possuído. Os vários gêneros literários encontram então cultores desveladíssimos. Surge também a gramática disciplinando a língua [...] (COUTINHO, 1976, p.55).

Fernão de Oliveira foi autor de mais obras, como *A arte da guerra no mar* (publicada em 1554, em Coimbra), *Livro da Fábrica das Naus* (manuscrito só publicado em 1898 por Henrique Lopes de Mendonça), *História de Portugal* (que só conta com fragmentos existentes na Biblioteca Nacional de Paris), dentre outras.

Buescu (1975, p. 15) considera, efetivamente, a obra de Fernão de Oliveira, como “um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, do tipo ensaístico; em suma, uma miscelânea linguística e cultural.”

Mateus (2008, p. 121) retrata a figura de Fernão de Oliveira com muita satisfação, considerando-o altamente dotado de capacidade intelectual e um grande aventureiro e corajoso. Para tanto, ela afirma que

Foi Fernão de Oliveira um homem de muitas aventuras e grande coragem. Uma incursão breve na sua vida marcadamente renascentista pode iluminar o nosso esquecido conhecimento dos navegadores portugueses da época, homens em quem existia um misto de coragem e loucura, de pressões geográficas e políticas, alguma curiosidade e uma atormentada procura do eldorado (MATEUS, 2008, p. 121).

3.2 ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO – BREVES CONSIDERAÇÕES

De acordo com Ribeiro (1939), Ernesto Carneiro Ribeiro, filho de José Carneiro Ribeiro e Claudeana Ramos, foi o segundo filho do casal, tendo nascido na tarde de 12 de setembro de 1839 na vila de Itaparica. Após concluir a escola pública, Carneiro Ribeiro foi mandado para a cidade do Salvador, para fazer os preparatórios e então se matriculou no Liceu Provincial, uma casa de ensino de grande valor cultural de seus professores. Ele procurou manter-se sem o auxílio de casa, dando aulas particulares, e aí procurava converter o dinheiro recebido em livros e velas de carnaúba, pois, por muitas vezes, “o amanhecer o surpreendia de olhos abertos, e completamente imersos nos livros”.

Carneiro Ribeiro matriculou-se na Faculdade de Medicina, empenhou-se com ardor para aprender as novas ciências, mas o desenvolvimento desse curso não lhe foi nada sugestivo. E assim ele foi convidado pelo Dr. Abílio César Borges, conhecido como Barão de Macaúbas, para reger as classes de Inglês e Francês em seu recém-fundado “Ginásio Baiano”, onde ele veio desenvolver e cultivar suas aptidões naturais. Pouco tempo depois de lecionar Inglês e Francês, tornou-se catedrático desses idiomas no Ginásio Baiano, ao passo em que lecionava também Filosofia no colégio de Almeida Sebrão. Carneiro Ribeiro alcançou muitas vitórias até a conclusão do curso de Médico, obtendo, em 1864, o grau de Doutor em Medicina, defendendo perante a congregação a tese cujo título foi “Relação da Medicina com as Ciências Filosóficas”.

Ribeiro (1939, p. 70) apresenta o ideal de Carneiro Ribeiro explicitando que

O seu ideal é a educação. Sua ação é na escola. Não fica contemplativo. Age enérgicamente. Em sentido mais amplo, o ideal estende-se à pátria, mas sómente pela disciplina moral e intelectual das gerações atingirá a essa finalidade. Espera por meio de ação bem orientada, soerguer as energias novas, inculcar idéas salutares, plasmar individualidades que saibam se

nortear para o bem da nação, dirigindo e controlando em seu laboratório, os primeiros passos dos futuros homens (RIBEIRO, 1939, p. 70).

Ernesto Carneiro Ribeiro desenvolveu ao longo de sua vida as carreiras de médico, professor, educador, escritor, orador e filólogo. Sobre o seu ofício de gramático, é válido destacar aqui um trecho de sua obra “Serões Grammaticaes”, que também foi citado por Ribeiro (1939, p. 117):

Póde uma obra qualquer ser escripta com pureza e propriedade nas palavras, observando-se na construção das sentenças e frases todas as regras grammaticaes relativas ás leis syntacticas; se, porém, o escriptor na distribuição dos vocabulos, na escolha dos termos, na selecção e expressão de seus conceitos e pensamentos, lhes não imprimir gosto, vivacidade, graça e nobresa, o producto de seu espirito não logrará o qualificativo de perfeito, nem lhe imprimirá o seu autor o sello da immortalidade, conquista somente do bom estilo (RIBEIRO, 1939, p. 117).

No ano de 1902, Ernesto Carneiro Ribeiro foi convidado por seu antigo aluno, o Dr. José Joaquim Seabra, então presidente da Comissão do Código Civil da Câmara Federal, para revisar o Projeto do Código Civil, corrigindo as falhas que porventura nele existissem. E, em 1905, Carneiro Ribeiro publicou a “Redação do Código Civil e A Réplica do Dr. Ruy Barbosa”, uma obra de um valor linguístico incomparável e de um saber aprimorado. Por conta dessa revisão, Ruy Barbosa engendrou uma importante polêmica que serviu para revelar o vasto conhecimento filológico de Carneiro Ribeiro. Esse veio a refutar as críticas do seu ex-aluno, Ruy Barbosa. Houve, com isso, uma querela muito grande entre Carneiro Ribeiro e Ruy Barbosa, sobre a qual Ribeiro (1939, p.129-130) faz as seguintes considerações:

A polêmica, em torno da redação do Codigo Civil, na qual, Carneiro Ribeiro teve como contendor Ruy Barbosa, marcou o fato culminante da sua vida. Rivalizando, em saber, em erudição e consumado conhecedor do idioma vernáculo, com o genial Ruy, espírito eterno da immortalidade da raça, Carneiro Ribeiro, firmou-se no panorama intelectual, como autêntico Atlante do saber (RIBEIRO, 1939, p. 129-130).

No dia 13 de novembro de 1920, faleceu o Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, contando com a idade de 81 anos, deixando obras de valor inestimável, além de muitos discípulos. Ribeiro (1939, p. 186) faz um comentário acerca de sua vida e de sua obra, conforme descrito a seguir:

Ernesto Carneiro Ribeiro deve a sua vida e a sua obra, elevado às alturas da glória serena, porque não se fartou em distribuir aos seus semelhantes os tesoiros inesgotáveis do seu ESPIRITO E CORAÇÃO (RIBEIRO, 1939, p. 186).

4 GRAMMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA

4.1 FORMA DE ABORDAGEM DA CLASSE GRAMATICAL DOS VERBOS

De uma gramática composta por cinquenta capítulos, Fernão de Oliveira dedicou apenas os capítulos XLVII e XLVIII ao estudo dos verbos, em sua obra intitulada “Grammatica da Linguagem Portuguesa”, que é a primeira gramática portuguesa, a qual foi editada de forma crítica, semidiplomática e anastática, edição essa que compõe um dos objetos de estudo desta pesquisa. Vale salientar que se trata de capítulos bem pequenos e, com isso, foi feito um estudo bastante superficial sobre esta classe gramatical tão ampla.

O capítulo XLVII é iniciado com uma breve introdução, na qual o autor declara que não dará definição de verbo e nem abordará a quantidade de gêneros dos verbos e apresenta o que será estudado acerca dessa categoria gramatical.

Então, observa-se que Fernão de Oliveira (2000, p. 150) dá explicações sobre a primeira pessoa do presente do indicativo, sendo tais explicações de natureza fonética, exemplificando da seguinte forma:

Nos generos dos verbos não temos mais que hũa só voz acabada em *o* pequeno, como *ensino*, *amo* e *ando*, a qual serve, como digo, em todos os verbos, tirando alguns poucos como são estes: *sei*, de saber, e *vou* e *dou* e *estou* e mais o verbo sustantivo o qual huns pronunciam em *om*, como *som* e outros em *ou*, como *sou*, e outros em *ao*, como *são*; e também outros, que eu mais favoreço, em *o* pequeno, como *so* (TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 150).

E o autor esclarece: “[...] porque esse tempo e o infinitivo são principio da conjugação [...]”. E a partir daí prossegue nesse capítulo com o infinitivo, apresentando a terminação das três conjugações, sendo AR a primeira, ER a segunda, e IR a terceira, além de acrescentar a classe de verbos que terminam em OR. E assim esse capítulo é finalizado.

O capítulo XLVIII é totalmente dedicado ao estudo da conjugação dos verbos. Oliveira define conjugação como sendo “ajuntamento de diversas vozes que segundo boa ordem se ordenam seguindo-se hũas trás outras em os verbos”.

O autor cita alguns verbos conjugando no presente do indicativo apenas as duas primeiras pessoas do singular dos verbos que têm o infinitivo em AR e ER e apenas a primeira pessoa do singular dos que acabam no infinitivo em IR, conforme exemplos a seguir: “falo, falas, falar – faço, fazes, fazer – durmo, dormir – ouço, ouvir”. Ele trata dos modos verbais simplesmente com os exemplos: “falamos, falemos, falaes e falar”; dos tempos, também, somente com os exemplos: “falo, falava, falei e falarei”; dos números dos verbos, em cada tempo, assim: “falo e falamos, falas e falaes, fala e falam”; e das pessoas que cada número possui, também, apenas exemplificando: “falo, falas, fala, falamos, falaes, falam”.

Oliveira mostra que os verbos portugueses possuem gerúndios, a exemplo de *sendo*, *amando*, *fazendo*; participípios, como *lido*, *amado*, *regido*; e substantivos que derivam de verbos, como *lição* e *regedor*. Em seguida, ele trata rapidamente da existência de verbos defectivos,

mas sem exemplificações, informa que os gregos e os latinos possuem um bom caderno de verbos e finaliza com a seguinte frase:

E nós dos nossos faremos memorea a seu tempo; mas não nesta obra, na qual não fazemos mais que apontar os princípios da grammatica que temos na nossa lingua (TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p.150).

5 SERÕES GRAMMATICAE OU NOVA GRAMMATICA PORTUGUEZA

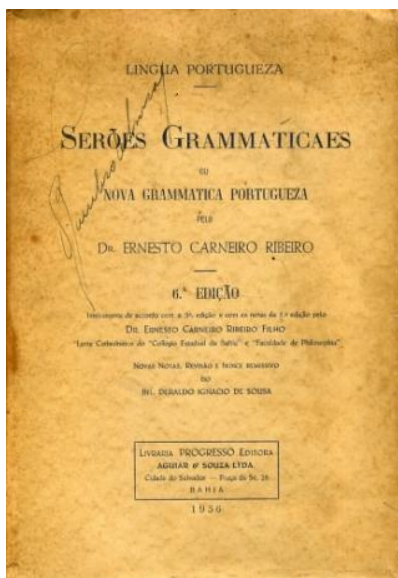


Figura 01: Capa do livro Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza, 6ª edição, 1955

5.1 FORMA DE ABORDAGEM DA CLASSE GRAMATICAL DOS VERBOS

O Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro (1955[1890]), em sua obra intitulada “Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza”, destinou o capítulo VI da secção II da terceira parte, a qual se refere à Lexicologia, ao tratamento da classe gramatical dos Verbos. Para tanto, essa gramática está assim dividida e organizada:

- Parte primeira – Phonologia – composta por sete capítulos;
- Parte segunda – Orthographia – composta por quatro capítulos;
- Parte terceira – Lexicologia – composta por duas secções, tendo cada secção onze capítulos;
- Quarta parte – Phraseologia ou Syntaxe – contendo dezenove capítulos.

Além do referido capítulo, há ainda considerações sobre verbos na quarta parte, mais especificamente no capítulo IV, no qual é abordada a concordância; no capítulo V,

o emprego dos modos; no capítulo VI, a correspondência dos tempos; e no capítulo XI, a regência.

Analisando a categoria gramatical do Verbo a partir do capítulo VI, secção II da terceira parte, o autor define Verbo como sendo “a palavra que indica um ser indeterminado pela ideia de uma existência intelectual com relação a um atributo”. E para esclarecer tal definição, Ribeiro (1955[1890], p. 362) afirma o seguinte:

Quando digo *morreu*, exprimo uma afirmação de uma qualidade, de um facto ou attributo determinado; e comtudo, nada tem de determinado o sujeito de que affirmo essa qualidade ou attributo. [...] (RIBEIRO, 1955[1890], p. 362).

Para o autor, os verbos estão divididos em:

- Abstratos, designando o ser através da ideia precisa de uma existência intelectual em relação a um atributo qualquer, correspondendo unicamente ao verbo Ser;
- Concretos, já significando o contrário, os que designam o ser através da ideia de uma existência intelectual em relação a um determinado atributo, correspondendo a todos os demais verbos.

Ribeiro (1955[1890], p.363-364) cita frases como: “a caridade é amavel; os homens são frageis; a virtude é estimada; o justo será recompensado”, e explica que

[...] os vocábulos *é, são e será* são variações ou formas diversas do verbo abstrato, as quaes designam aqui os sujeitos *caridade, homens, virtude, justo*, pela existencia intellectual com relação aos attributos separados *amavel, frageis, estimada, recompensado* (RIBEIRO, 1955[1890], p. 363-364).

O autor trata os verbos auxiliares como as formas verbais que se juntam aos verbos abstratos ou concretos, exprimindo então diversas situações. São eles, na língua portuguesa: estar, ter, dever, ir, vir, andar. Para tanto, ele cita exemplos em que tais verbos são considerados auxiliares: “Estou escrevendo, tenho escripto, hei de escrever, devo de voltar cedo, vou vivendo, vem entrando, ando vendo.”

Entra em cena agora a classificação dos verbos concretos, pois esses se dividem em absolutos ou intransitivos, que são aqueles que têm em si mesmos um sentido completo, como brincar, existir, morrer, nascer, desaparecer, dentre outros, e relativos ou transitivos, que dizem respeito aos que não têm em si um sentido completo, necessitando de um complemento ou objeto, a exemplo de amar, receber, conhecer, saber, perder, ganhar, além de muitos outros.

Observa-se que há hoje em dia a mesma applicabilidade e terminologia para os tipos de complemento ou objeto de verbos transitivos, mas, é válido destacar um trecho de Ribeiro (1955[1890], p. 367) sobre esta classificação:

Estes ou pedem depois de si um complemento directo ou immediato, chamado tambem pelos grammaticos inglezes objecto directo, e então se denominam transitivos directos; ou

pedem um complemento indirecto ou mediato, a que tambem se dá a denominação objecto indirecto e então dizem transitivos indirectos (RIBEIRO, 1955[1890], p. 367).

O autor usa o termo Bitransitivo para os transitivos que pedem dois complementos, um direto e um indireto, a exemplo de dar, entregar, oferecer, atribuir, dizer, dentre tantos outros.

A forma de conjugar os verbos concretos está disposta em quatro tipos: regulares, irregulares, defectivos e pronominados. São estes descritos a seguir:

- Regulares – estão conformes ao tipo de sua conjugação (amar, cantar, livrar, defender, render, partir, admitir), ou seja, ao serem flexionados, esses mantêm o radical do verbo no infinitivo ou se aproximam bastante dele;
- Irregulares – correspondem aos que, em sua conjugação, se afastam um pouco ou totalmente do verbo no infinitivo (dar, estar, ser, caber, saber, poder, fazer, ver, ir, etc.);
- Defectivos – os quais são os verbos faltando tempo, modo, número ou pessoa, quando da sua conjugação. Podem ser Essencialmente impessoais (chover, choviscar, granizar, relampejar, etc.) ou Acidentalmente impessoais, como as locuções dança-se, brinca-se, corre-se, dorme-se;
- Pronominados – aqueles que em toda a sua conjugação são acompanhados de um pronome ou complemento (arrepender-se, atrever-se, prezar-se, manter-se, etc.). Podem ser:
 - Reflexos ou reflexivos – aqueles verbos nos quais os sujeitos aplicam a ação por eles exprimida sobre si mesmos, com o uso de pronomes da mesma pessoa. Uma frase dada pelo autor vem explicar isso: “O vaidoso AMA-SE em extremo”;
 - Recíprocos – há aí nesta categoria uma ação recíproca de dois ou mais sujeitos, indicando, dessa forma, ação e reação entre seus sujeitos e objetos, como se vê na frase do autor: “Pedro e Carlos ODEIAM-SE”.

E sobre a possibilidade de se confundir a forma pronominada reflexa com a recíproca, Ribeiro (1955 [1890], p. 379-380) explica que

Nos casos em que se podem confundir a forma pronominada *reflexa* e a *reciproca*, para evitar toda a ambiguidade e equivocação, empregam-se depois da forma pronominada *reciproca* os advérbios *mutuamente*, *reciprocamente*, a locução adverbiada *de parte a parte*, ou qualquer outra expressão de sentido analogo e depois da pronominada *reflexa*, as expressões *a si mesmos*, *a si próprios* ou outra equivalente: Pedro e Carlos *amam-se reciprocamente*; *mutuamente se prezam e se estimam*, os vaidosos *amam-se a si mesmos* (RIBEIRO, 1955[1890], p. 379-380).

- De sentido passivo – corresponde às formas verbais que indicam uma ação sofrida ou recebida pelo sujeito. Novamente, uma frase do autor dá o devido esclarecimento: “Os bons livros VENDEM-SE caro”;
- Impessoais – que são aquelas formas verbais utilizadas apenas na terceira pessoa do singular e possuem um sujeito vago e indeterminado, como bem se pode notar na seguinte frase dada pelo gramático: “DANÇOU-SE muito naquela baile”.
- Enfáticos ou expletivos – dizem respeito aos verbos em que o segundo pronome que os acompanha é mero expletivo, tornando a frase mais doce, cheia e sonora: “Os campos SECCAM-SE; as flores MURCHAM-SE; PASSA-SE o tempo; PASSAM-SE os anos”;
- De espontaneidade de ação – trata-se dos verbos que indicam espontaneidade de ação por parte do sujeito: “Os peixes lá SE VIVEM nos seus mares (Vieira)”.

O autor trata dos verbos considerados **ESSENCIALMENTE PRONOMINADOS**, aqueles que só são conhecidos sob a forma pronominal, como: arrepender-se, atrever-se, abster-se, queixar-se, dentre outros. E trata também dos verbos tidos como **ACIDENTALMENTE PRONOMINADOS**, aqueles aos quais só por acidente a língua portuguesa dá a forma pronominal, como: amar-se, enganar-se, iludir-se, chamar-se etc.

E para complementar e finalizar a parte que aborda a classificação dos verbos concretos, o autor apresenta distinções que surgem a partir de ideias acessórias de aumento, diminuição, frequência das ações ou outras situações recorrentes nas frases. Dentre estas distinções, existem os **AUMENTATIVOS**, que são: “esbombardear, esbravejar, esmurraçar, labutar, resfriar, retorcer, requeimar, estorcer, recuidar, contorcer, recrescer, requentar, repassar, reseccar, tresjurar, tresandar, tressuar, retalhar, conturbar, retinir, reflorir, trescalar, refilejar, rebramar, recalcar, repisar”; os **DIMINUTIVOS**: “chuvicar, chupistar, esparrinhar, fervilhar, escrevinhar, polvilhar, saltitar, saltarinhar, dormitar, depennicar, lambiscar, namoricar ou namoriscar, belliscar, dedilhar, tremelicar, choramingar, gemelicar, mollinhar, pepitar, pipilar”; os **FREQUENTATIVOS**, que são “farejar, relampejar, folhear, fumegar, gottejar, florejar, vicejar, manquejar, praguejar, sandejar, doudejar, voltejar, manusear, toscanejar, pestanejar, rumorejar, mercadejar”; os **INCHOATIVOS**: “enriquecer, empobrecer, apodrecer, empallidecer, abolorecer, amadurecer, alvorecer, amanhecer, embarbecer, entenebrecer, amollecere, endurecer, emmurchecer, embrandecer, embranquecer, amarellecer, empretecer, escurecer, anoitecer, envelhecer, envilecer, enverdecer, envermelhecer, entardecer”; e por último os **IMITATIVOS**, que correspondem aos verbos “acaçapar-se, asnejar, narcisar-se, abelhudar, abespilhar-se, borboletear, patear, patinhar, apavonear-se, engatinhar, corvejar, pavonear, plutonizar, estoicizar, encaranguejar, formigar, mosquejar, cabritar,

encorujar, cabrejar, abelhar-se, grecizar, judear, romanizar, encanzinar-se, empertigar-se, foguetar ou foguetear, papagaiar e muitos outros”.

Passando para as flexões do verbo, Ribeiro considera essa classe gramatical como uma palavra de flexão, assim como o substantivo, o pronome e o adjetivo, e ainda afirma que não há nenhuma outra palavra flexiva que tenha mais variações que o verbo. As flexões são apresentadas a partir de seções:

- a) Os MODOS, que correspondem às diferentes maneiras pelas quais o verbo apresenta a ideia de existência. Há dois modos gerais: DEFINITO e INDEFINITO. Eis a divisão do primeiro modo:
 - INDICATIVO ou AFFIRMATIVO – o que exprime a ação do presente, do passado ou do futuro, sendo afirmativo por ser o modo em que domina a afirmação. É válido exemplificar com o seguinte verbo flexionado: Gosto, gostava, gostei, gostara e gostarei;
 - CONDICIONAL – considerado como um modo secundário que indica que a existência ou a ação está submetida a uma condição. Como exemplo, seguem os verbos flexionados: Sairia, iria, faria, gostaria;
 - IMPERATIVO – é aquele que exprime a existência ou a ação que depende da vontade daquele que fala: Bebe, bebei, recebe, recebei, vê, vede, come, comei;
 - SUBJUNCTIVO – trata-se do modo que indica que a ação por ele enunciada depende de outra que se junta a ele, como no exemplo das seguintes frases: Desejo que venhas, duvido que consigas, receio que sejas mal educado.

A seguir, eis a divisão do segundo modo geral:

- INFINITIVO – corresponde ao nome do verbo, ao modo simples, absoluto, indeterminado:
 - Impessoal – sem variação da forma, é aplicado a todos os tempos, números e pessoas;
 - Pessoal – ainda que varie de forma a fim de exprimir o acessório de pessoa, aplica-se a todos os tempos.
 - PARTICIPIAL – este tem a seguinte subdivisão:
 - Particípio presente ou gerúndio – refere-se a uma ação que apresenta uma coincidência de tempo com uma época presente, passada ou futura. Ex.: Estando doente, não posso, não podia, não poderei, não pudera trabalhar;
 - Particípio passado – diz respeito a uma existência passada. Ex.: Tenho trabalhado, tinha estudado, fui recebido.
- b) Os TEMPOS, os quais, por meio desses, determina-se uma época, pois podem corresponder ao Presente, Passado e Futuro. O autor divide os tempos em principais e secundários, sendo que os primeiros determinam uma época no que

diz respeito ao momento da palavra: Gosto, gostei, gostarei. Já os secundários, traçam duas relações, sendo uma com o momento preciso da palavra e outra com uma época determinada no discurso, conforme no exemplo a seguir: “Eu jantava, quando Francisco entrou”.

Observe-se agora os tempos concernentes a cada modo verbal existente:

- **INDICATIVO:**
 - Presente;
 - Passado imperfeito ou simultâneo;
 - Passado definido;
 - Passado indefinito;
 - Passado mais que perfeito;
 - Futuro imperfeito;
 - Futuro perfeito, anterior ou passado.
- **CONDICIONAL:**
 - Presente;
 - Passado.
- **IMPERATIVO:**
 - Futuro.
- **SUBJUNCTIVO:**
 - Presente;
 - Imperfeito;
 - Passado indefinito;
 - Mais que perfeito;
 - Futuro imperfeito;
 - Futuro perfeito, passado ou anterior.
- **INFINITIVO:**
 - Presente;
 - Passado.
- **PARTICIPIAL:**
 - Presente;
 - Passado.

A partir da divisão apresentada, o autor prossegue com a definição e exemplificação de cada tempo.

- c) O **NUMERO** e as **PESSOAS** estão assim determinados. O número sendo a modificação na forma do verbo, indicando se está se falando de uma só pessoa ou coisa ou de mais de uma. Desse modo, ele pode ser singular e plural. E as pessoas são as flexões que o verbo apresenta para indicar de quem se fala. Há três

pessoas para cada número, designadas como Primeira, Segunda e Terceira, as quais são citadas primeiro no singular e depois no plural, respectivamente: Eu, Tu, Elle, Nós, Vós, Elles.

Saindo das seções apresentadas nas flexões verbais, adentra-se ao campo da conjugação dos verbos. E sobre o vocábulo conjugação, Ribeiro (1955[1890], p. 398-399) afirma que

[...] é tomado em duas accepções diferentes: ou exprime a reunião systematica de todas as formas temporaes, modaes, numericas e pessoaes por que successivamente passa o verbo, ou a classe a que esse pertence, conforme a semelhança e analogia de suas varias flexões e desinências (RIBEIRO, 1955[1890], p. 398-399).

Ao tratar de conjugação, o autor cita as desinências infinitivas das três conjugações, sendo AR para a primeira, ER para a segunda e IR para a terceira, e ainda aborda a existência dos verbos acabados em OR, que são considerados, segundo o autor, para a maioria dos gramáticos, como sendo verbos de quarta conjugação. Porém, ele considera essa última conjugação infecunda e morta, pois todos os verbos têm por modelo o verbo PÔR, diferenciando-se uns dos outros apenas pelos seus afixos. E ainda nesta parte, o autor incrementa com as vozes verbais, a ativa e a passiva.

O autor exemplifica todas as suas explicações, pois o verbo *Ser* é conjugado em seus tempos simples e compostos, há a conjugação dos auxiliares Ter, Estar e Haver, dos verbos Amar, Defender e Partir, a conjugação do verbo Pôr, há também exemplo de verbo conjugado em sentido passivo com o verbo Ser e verbo pronominal conjugado afirmativamente e negativamente, além do tratamento da formação regular dos tempos verbais e observações sobre alguns verbos irregulares.

Ribeiro conclui o capítulo destinado ao estudo da conjugação apresentando informações sobre etimologia das formas verbais, formas do verbo *Ser* em confronto com as do verbo latino ESSE e uma comparação da conjugação latina com a portuguesa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comparar a forma de abordagem da classe gramatical verbo nas obras “Grammatica da Lingoagem Portuguesa” e “Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza”, de Fernão de Oliveira e de Ernesto Carneiro Ribeiro respectivamente, observam-se uma evolução e um aumento de conteúdo da primeira para a segunda, muito embora Oliveira tenha declarado ter pretensões de tratar de mais assuntos em outra obra, já que nessa, ele apenas trata dos princípios da gramática existentes na língua concernentes à sua época, configurando-se assim como um estudo sincrônico. E a primeira aqui citada é justamente a primeira gramática da língua portuguesa, correspondente ao século XVI, enquanto que a outra diz respeito ao século XX, tendo, porém, a sua primeira edição no século XIX. E o século XVI, segundo Coutinho (1976), foi revelado como o século de

ouro da literatura portuguesa, já que nele aparecem os maiores escritores de Portugal além de surgir também a gramática disciplinando a língua.

Oliveira, em sua gramática descritiva, descreve o uso da categoria dos verbos de forma bastante superficial, como se pode notar em relação à gramática de Ribeiro, onde se percebe que não há consideração sobre aspectos importantes dessa categoria como os diversos modos e tempos verbais e as vozes do verbo, além das exemplificações para uma melhor compreensão do conteúdo por parte de quem se presta a estudar tal classe. Já Ribeiro, com sua gramática de tipo bastante distinto da de Oliveira, considerada por ele próprio como filosófica, preocupou-se em abordar os pontos importantes concernentes aos verbos, possivelmente a fim de facilitar o aprendizado sobre essa categoria, sobre algumas das regras que uma gramática possui para um falar e um escrever padronizados.

Sabe-se, pois, que a comparação feita não esgotou as possibilidades de pesquisa em relação à forma de abordagem da classe gramatical dos verbos na “Grammatica da Lingoagem Portuguesa”, de Fernão de Oliveira, e na obra “Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza”, de Ernesto Carneiro Ribeiro, pois a pesquisa poderá se alongar, buscando analisar os exemplos fornecidos pelos autores, o vocabulário utilizado por ambos em relação ao período de cada um, para dar explicações sobre os verbos, etc.

Neste trabalho, buscou-se comparar a maneira de abordar a categoria gramatical intitulada de verbo nas gramáticas já citadas acima, categoria essa considerada tradicional, pois sabe-se que os verbos têm um comportamento morfossintático bastante homogêneo, ao se flexionarem da mesma maneira e desempenharem a mesma função sintática. E chega-se à conclusão de que se trata de uma classe que, em geral, as pessoas com algum treinamento gramatical não têm problemas para identificar numa frase. E o estudo das regras verbais (de concordância, de flexão numeral, pessoal e temporal em situações distintas), através de uma gramática normativo-prescritiva, nada mais serve que para a contribuição na construção “correta” de frases que seguem um modelo linguístico padrão, modelo esse ditado pela sociedade, que impõe regras para um bem falar e escrever em determinados meios sociais. A posição linguística é clara quando se volta para a existência de variedades da língua portuguesa, onde a forma de uso da língua deve ser considerada, observando, desse modo, que não há erros de fala ou de escrita, já que cada variedade tem, como afirma Perini (2006, p. 24),

[...] seu conjunto de situações específicas e em geral não pode ser substituída por outras sem provocar estranheza ou mesmo destruir a possibilidade de comunicação. [...] Por outro lado, a variedade padrão tampouco pode ser utilizada em qualquer situação.

Em suma, cada variedade linguística tem seu espaço, tem suas peculiaridades e também suas razões, não sendo uma mais pobre ou mais rica que a outra, mais feia ou mais bonita, sendo todas as variedades da língua apropriadas para seus grupos de falantes em dados contextos de uso.

REFERÊNCIAS

- A GRAMATICALIZAÇÃO NO BRASIL – PRIMÓRDIOS – Leonor L. Fávero (PUCSP – USP). Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/gt_andis/055.htm>. Acesso em 15 out. 2010.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da Língua Portuguesa*. 11.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da Língua Portuguesa – Século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.
- CAVALIERE, Ricardo. *Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos*. Confluência: RJ: Liceu Literário Português, n° 23, 2002.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.
- ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=12277>. Acesso em: 09 ago. 2012.
- ESTUDO COMPARATIVO. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/ruth/cap6.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2010.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII – A gramática portuguesa*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1996.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FERNÃO DE OLIVEIRA. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xvi/fernao-de-oliveira.html#.WS4ZuvnR_IU>. Acesso em: 09 ago. 2011.
- FICHEIRO: ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ernesto_Carneiro_Ribeiro.jpg>. Acesso em 09 ago. 2010.
- FONTENELE, Kamila Moreira de Albuquerque. *Análise entre as gramáticas normativa, descritiva e reflexiva*. Que gramática cabe a escola ensinar?. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/analise-entre-as-gramaticas-normativa-descritiva-e-reflexiva-que-gramatica-cabe-a-escola-ensinar/87004/>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- GRAMÁTICA HISTÓRICA: do latim ao português brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

GRAMÁTICA UNIVERSAL. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gram%C3%A1tica_universal>. Acesso em 15 out. 2010.

MATEUS, Maria Helena Mira. Fernão de Oliveira: Um renascentista aventureiro e um gramático sensível. In: *Estudos Linguísticos e Literários*.

MATTOS, Andrea Machado de Almeida. *A hipótese da gramática universal e a aquisição de segunda língua*. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/2325/2274>>. Acesso em: 13 out. 2010.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

O PAPEL DA GRAMÁTICA. Disponível em: <http://intra.vila.com.br/sites_2002a/urbana/marina_paes/o_papel_da_gramatica.htm>. Acesso em 07 set. 2010.

OTERO, Gabriel de Ávila. *A gramática universal e a aquisição da linguagem*. Disponível em: <<http://literaturaelinguistica.blogspot.com.br/2011/03/gramatica-universal-e-aquisicao-da.html>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

RIBEIRO, Danilo Carneiro. *Ernesto Carneiro Ribeiro: sua vida e sua obra*. Salvador: José Konfino – Editor, 1939.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*. 6.ed. Salvador: Livraria Progresso Editora Aguiar & Souza Ltda.,1955.

TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos. *Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira (1536)* – edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Recebido em: 02/05/2017

Aprovado em: 08/08/2017

Publicado em: 01/12/2017